

## **A UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: subsídios para conceber as políticas de extensão e de pesquisa da UFFS<sup>1</sup>**

A universidade tem o máximo de competência possível,  
é preciso explorá-la.

Boaventura de Sousa Santos.

**Joviles Vitório Trevisol<sup>2</sup>**

Em primeiro lugar, parabeno os dirigentes da UFFS, campus de Cerro Largo, e todas as demais lideranças e as instituições promotoras desse evento pela importante iniciativa. Além da relevância do tema escolhido, o seminário é sobremaneira oportuno, pois está sendo realizado antes do início oficial das atividades acadêmicas de nossa universidade. É animador ver tantas lideranças políticas, sociais e comunitárias do Estado do Rio Grande do Sul e, particularmente, da Macrorregião Missioneira presentes para discutir o papel da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS na promoção do desenvolvimento humano, científico e tecnológico dessa grande região. Sou muito grato, também, ao reitor da UFFS, professor Dilvo Ristoff, por ter me incumbido da tarefa de representá-lo nesse seminário.

Em virtude do pouco tempo que dispus para organizar a minha exposição e dos minutos que tenho para apresentar as contribuições, decidi ser sintético e objetivo. Procurarei dar conta do tema proposto - *A universidade e o desenvolvimento regional* - por meio da apresentação dos principais pressupostos que podem e/ou devem nortear a formulação das políticas de pesquisa e de extensão da UFFS. Nesse momento, darei maior prioridade ao tema da extensão, considerando, também, a natureza do seminário. No meu entendimento, cinco pressupostos fundamentais podem e/ou devem nortear as políticas e os projetos de extensão da UFFS.

---

<sup>1</sup> - Texto apresentado no Painel “**A universidade e o desenvolvimento regional**”, do I Seminário de Interação entre Universidade e Comunidade: a UFFS e o desenvolvimento regional, realizado no Campus de Cerro Largo, no dia 03 de março de 2010.

<sup>2</sup> - Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Pós-Doutor em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: joviles@uol.com.br.

- 1- **A extensão não é uma abstração**; ela é um dos substratos materiais da produção social da universidade, e revela o modo como as instituições de ensino superior concebem as suas relações com a sociedade e como operacionalizam o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. As relações que são estabelecidas com a comunidade por meio da extensão refletem a própria universidade, a concepção que ela tem de si mesma, da sociedade e de seu papel enquanto instituição social, inserida em contextos socioculturais bem específicos. Tanto a extensão universitária efetivamente praticada, quanto a ausência dela refletem o pensamento hegemônico e as práticas correntes estabelecidas com a sociedade.
- 2- **A extensão é uma das atividades fins da universidade** e, enquanto tal, deve ser concebida a partir do projeto de universidade expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade e de seu Projeto Político Pedagógico (PPP). O ensino, a pesquisa e a extensão devem ser pensados de forma sistêmica e articulada, a fim de assegurar que os processos educativos e as atividades desenvolvidos, em uma das atividades fins, alimentem e retroalimentem positivamente as demais. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é uma conquista fundamental da universidade moderna e sua operacionalização é imprescindível para libertar a extensão do ostracismo, da condição de “prima pobre”, de seu caráter fragmentário e mercantilista. Na grande maioria das IES, a extensão fica restrita aos grupos sociais e às empresas que estão em condições de pagar pelos “serviços prestados”; ela opera como um instrumento de mercantilização dos conhecimentos e das experiências produzidos pelos pesquisadores e de privatização da própria universidade. Ao se dar como “prestação de serviços”, quase sempre paga e dirigida aos setores sociais que estão em condições de remunerar tais serviços, a sociedade acaba fortalecendo as desigualdades sociais e a reinante injustiça cognitiva.
- 3- **A extensão deve promover a universidade enquanto um bem público, democratizando-a de dentro para fora.** Significa concebê-la e realizá-la a partir de uma relação interativa e solidária (e não unilateral e distante) com a sociedade. Ao invés de “estender” a universidade com base no distanciamento estrutural que a tem caracterizado desde suas origens, em que a mesma se coloca acima, numa posição distante e hierarquicamente superior da comunidade onde está inserida, ela deve ampliar as zonas de contato e

intensificar a interatividade, a inserção e as relações de cooperação solidária. Ao invés de ser o “objeto”, a sociedade deve ser o “sujeito” das práticas de extensão. Ao emergir da inserção e do compromisso social, a extensão acaba por transformar a sociedade na mesma medida em que transforma a si mesma. Como propõe Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 55), a extensão pode contribuir decisivamente para fazer emergir uma “universidade de proximidade”, ou seja, uma universidade concebida como um bem público cujos bens simbólicos produzidos devem ser democratizados e estar acessíveis a todos os grupos sociais. Ao realizar o compromisso político e epistemológico da universidade com o seu entorno, a extensão acaba por promover uma democratização da própria universidade, “pondo fim a uma história de exclusão de grupos sociais e seus saberes de que a universidade tem sido protagonista ao longo do tempo e, portanto, desde muito antes da atual fase de globalização capitalista” (SANTOS, 2005, p. 55). Propõe-se, ao invés da universidade fortalecer, a universidade rede. Quanto mais a universidade se insere na sociedade, tanto mais esta se insere na universidade. É uma relação interativa, alicerçada no princípio da responsabilidade social.

- 4- **A extensão deve promover a universidade enquanto um bem público, democratizando-a de fora para dentro. A extensão, nesse sentido, deve ser concebida e realizada de forma inversa.** Ao invés de ocorrer de dentro para fora, deve se dar de fora para dentro. O mesmo movimento que leva o conhecimento científico para a sociedade deve ser o que traz outras formas de conhecimento (senso comum, artístico, religioso, indígena, camponês etc.) para dentro da universidade. Como sugere Boaventura de Sousa Santos (2005), a “monocultura do conhecimento científico” abre espaço para uma “ecologia de saberes”. Por meio da extensão invertida, o conhecimento produzido pela universidade põe-se em diálogo com o senso comum e com todas as demais formas de conhecimento produzido pela comunidade. Trata-se de uma ruptura com as formas tradicionais e hegemônicas de conceber a ciência, a universidade e a extensão. Assim concebida, a extensão inaugura uma partilha solidária de conhecimentos, em que saber acadêmico, disciplinar, homogêneo e hierárquico produzido pela universidade interage com agentes com formação acadêmica diversa e com prioridades igualmente diferentes. De acordo com Sousa Santos (2005, p. 76), “a ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro

da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz e, saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses [...] que circulam na sociedade”. A ecologia de saberes promove o reconhecimento de outras formas de saber e o confronto comunicativo entre elas. Nas palavras de Sousa Santos (1995, p. 224) “A universidade deve ser um ponto privilegiado de encontro entre saberes. A hegemonia da universidade deixa de residir no caráter único e exclusivo do saber que produz e transmite para passar a residir no caráter único e exclusivo da configuração de saberes que proporciona”.

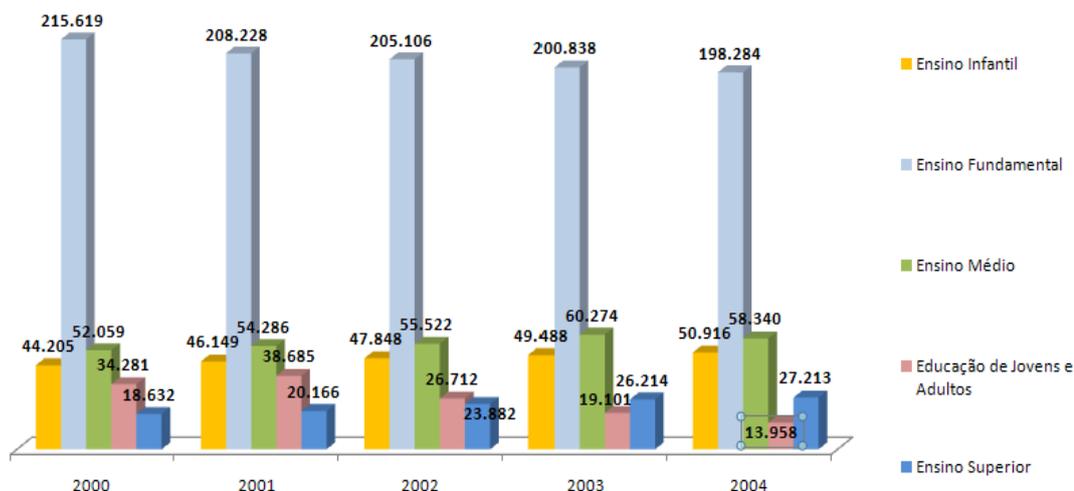
- 5- **A extensão deve aprofundar o compromisso social da universidade.** A ecologia de saberes (revalorização dos saberes não-científicos e a revalorização do próprio saber científico pelo seu papel na criação ou aprofundamento de outros saberes não científicos) permite reatar o conhecimento científico ao senso comum, tornando-o conhecimento apropriado e utilizado pelos diferentes sujeitos e atores sociais. Nessa perspectiva, os interesses e as demandas sociais se articulam aos interesses científicos dos pesquisadores. A produção do conhecimento científico ocorre, assim, estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para pôr o conhecimento técnico e especializado a seu serviço pela via mercantil. Ao invés de os investigadores determinarem os problemas científicos a resolver, a sua relevância e as metodologias, esses resultam de uma partilha entre pesquisadores e utilizadores. A sociedade deixa de ser o objeto das interpelações da universidade, para tornar-se o sujeito. Essa inversão é o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito além da democratização do acesso à universidade e da permanência nela. Como propõe Sousa Santos (1995, p. 228) “A universidade será democrática se souber usar o seu saber hegemônico para recuperar e possibilitar o desenvolvimento autônomo de saberes não-hegemônicos, gerados nas práticas das classes sociais oprimidas e dos grupos ou estratos socialmente discriminados”. Trata-se da aplicação edificante da ciência, o que implica um novo modelo de fazer da ciência (a pesquisa-ação). Um modelo que subordine o *know-how* técnico ao *know-how* ético, comprometendo a comunidade científica existencial, ética e profissionalmente com o impacto da aplicação do conhecimento que produz. A extensão não pode ser reduzida a prestação de serviços à indústria, ou a mera transferência do saber técnico produzido pela mesma. Deve comprometer-se com um projeto

de ciência edificante. Ao invés de transferir *know-how técnico*, deve promover um *know-how ético*. Por essas razões, entre os compromissos sociais que a UFFS deve eleger como prioritários, destacam-se:

- 5.1- Firmar compromisso com a escola pública, por meio da construção de uma relação interativa, solidária e responsável com a educação básica. Além de questionar o discurso dominante sobre a crise da escola pública, a UFFS deve se esforçar a fim de construir alternativas. Com o intuito de melhor ilustrar os inúmeros desafios que se colocam nesse campo, apresento alguns indicadores educacionais da região Oeste de Santa Catarina, composta por 118 municípios. Do total da população dessa grande região, apenas 20,3% possui mais de 08 anos de escolaridade e, 2,7%, possui ensino superior completo.<sup>3</sup> Pesquisa recente (TREVISOL, 2009) realizada sobre os indicadores educacionais do INEP de cada um dos municípios da região, mostra que os percentuais de acesso de jovens ao ensino médio e superior continuam baixos. Em 2004, por exemplo, o número de jovens da região Oeste em idade de cursar o ensino superior (entre dezoito e vinte e quatro anos) era de 135.815. O número total de matriculados em cursos de graduação presenciais nas IES da região era de 27.213 estudantes (de uma população total de 1.116.963/IBGE/2000). Cruzando esses dados, conclui-se que a *taxa média bruta* de escolarização nesse nível de ensino é de 20,4%. O gráfico a seguir é particularmente ilustrativo, quanto ao caráter elitista de nosso sistema educacional. A passagem de um nível de ensino para outro é marcada por elevados índices de evasão, sobretudo após a conclusão do ensino fundamental.

---

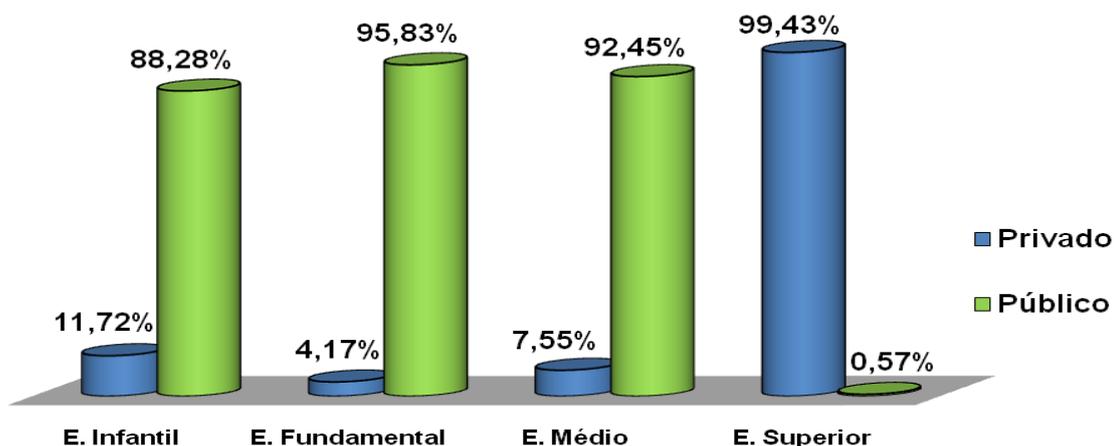
<sup>3</sup>- Com base nos Censos 1991 e 2000 do IBGE e nos Censos Escolares realizados anualmente pelo INEP, disponíveis em <http://www.inep.gov.br/basica/censo>. Dados disponíveis em: DE MARCO, 2004.



**Gráfico 1:** Matrículas por nível de ensino no Oeste de Santa Catarina (2000-2004).

Fonte: Dados de uma pesquisa de sistematização e análise dos indicadores educacionais dos 118 municípios do Oeste Catarinense (base de dados do INEP), desenvolvida entre março de 2006 a fevereiro de 2008, financiada pelo Programa de Pesquisa de Demanda Induzida da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Uma síntese dos resultados pode ser encontrada em: SOPELSA; TREVISOL, 2009.

Além dos aspectos acima mencionados, cabe destacar que a quase totalidade das matrículas da Educação Básica na região Oeste de Santa Catarina está na escola pública. Apenas no ensino superior o setor privado é hegemônico.



**Gráfico 2:** Matrículas por nível administrativo nos municípios da região Oeste de Santa Catarina, em 2004.

Fonte: Dados de uma pesquisa de sistematização e análise dos indicadores educacionais dos 118 municípios do Oeste Catarinense (base de dados do INEP), desenvolvida entre março de 2006 a fevereiro de 2008, financiada pelo Programa de Pesquisa de Demanda Induzida da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Uma síntese dos resultados pode ser encontrada em SOPELSA; TREVISOL, 2009.

- 5.2- Priorizar a pesquisa-ação e a ecologia de saberes com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil da região, com o propósito de cooperar ativamente com os atores sociais que lutam pela construção de relações sociais mais justas e relações econômicas de produção e de consumo mais solidárias e ecologicamente sustentáveis. A formação de lideranças sociais tem uma dimensão estratégica.
- 5.3- Produzir ciência e tecnologia que potencializem os pequenos produtores rurais e a agricultura familiar da região. O campesinato da região encontra-se em crise. A modernização da agricultura e da agroindústria, intensificada a partir dos anos de 1980, implicou em progressiva concentração da produção agroindustrial nas mãos de um pequeno grupo de produtores. A título de ilustração, em 1980, existiam na região Oeste de Santa Catarina, 67 mil suinocultores. Em 1995, a suinocultura só era acessível a uma pequena parcela, não superior a 20 mil suinocultores (TESTA et al., 1996, p. 23). O êxodo rural, especialmente de jovens, é muito acentuado. Apenas os homens e as mulheres de mais de 40 anos tendem a ficar no campo. Os jovens preferem ser assalariados a dedicarem-se às atividades agrícolas. Muitos jovens se deslocam às pequenas cidades para trabalhar como assalariados. A evolução demográfica do Oeste catarinense, a propósito, tem apresentado o mais baixo crescimento de todas as seis regiões catarinenses. Na década de 1990, esteve em torno de 0,5% ao ano, ficando abaixo da taxa mínima de reposição populacional. Entretanto, há grandes variações, quando são observados os números de suas microrregiões e principais municípios. Chapecó e Caçador tiveram um aumento acima da média estadual (de 2% ao ano) nos anos de 1990, e Videira chegou próximo a esse índice (1,7%), enquanto os demais municípios, sedes de microrregiões administrativas tiveram crescimento bem inferior (entre 0,5% e 1%) e até decréscimo (São Miguel do Oeste e Xanxerê). Esses municípios que mais cresceram, principalmente na área urbana, de fato vêm absorvendo parte do êxodo populacional dos municípios menores da própria região, que em regra vêm sofrendo um processo sistemático de redução demográfica, não só rural, mas também de suas cidades (DE MARCO, 2004, p. 14-25).
- 5.4- Potencializar a economia de base solidária e a produção agroecológica da região. Isso significa promover as “ecologias das produtividades”, ou seja, recuperar e valorizar os sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas populares, das organizações

econômicas populares, da economia solidária. Apoiar formas alternativas e contra-hegemônicas de produção como cooperativas, empresas autogeridas, associações de microcrédito, economia solidária, comércio justo etc.

- 5.5- Produzir ciência, tecnologia e educação destinada à preservação do patrimônio ambiental da região, sobretudo os recursos hídricos.

## Referências

DE MARCO, Ben Hur. **Os oestinos: quem são e como vivem os habitantes do Oeste Catarinense**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2004.

MEC/INEP/DEAES. **Educação Superior Brasileira 1991-2004. Santa Catarina**. Brasília: INEP, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria política e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **A universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2005.

SOPELSA, Ortenila; TREVISOL, Joviles Vítório (Org.). **Currículo, diversidade e políticas públicas**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2009.

TESTA, Vilson Marcos et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste catarinense (proposta para discussão)**. Florianópolis: Epagri, 1996.

TREVISOL, Joviles Vítório. Políticas e processos do ensino superior em Santa Catarina: análise dos indicadores do INEP da região oeste (1991-2004). In: SOPELSA, Ortenila; TREVISOL, Joviles Vítório (Org.). **Currículo, diversidade e políticas públicas**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2009.